



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL

Anexo

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO 4/2020

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

1. Este Termo de Referência foi elaborado em cumprimento ao disposto no artigo 11 da Resolução n.º 23.234/2010-TSE, de 25.03.2010 e ao disposto no artigo 15 da Instrução Normativa n.º 05/2017, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Orçamento Planejamento e Gestão, de 25.05.2017, doravante chamada apenas de IN 05/2017, e tem por objetivo determinar os elementos necessários e suficientes para caracterizar o objeto da licitação, assegurando a viabilidade técnica, a avaliação do custo dos serviços, a definição de métodos e prazos, bem como orientar a execução e a fiscalização do contrato.

2. A presente contratação será efetuada através de licitação, na modalidade de Pregão, em sua forma eletrônica, do tipo menor preço e observará os preceitos gerais de Direito Público, e em especial as disposições da Lei nº 10.520/2002, combinado com o Decreto 10.024/2019, e subsidiariamente a Lei nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores, e será ainda subordinada às condições e exigências estabelecidas no Edital.

2.1. **Os serviços contínuos de administração e gerenciamento de frota veicular**, com vistas ao abastecimento dos veículos do TRE/MS com combustíveis (gasolina, etanol e óleo diesel), bem como à prestação de serviços vinculados, tais como troca de óleo, lavagem de veículos, dentre outros, por demanda, realizado em rede de estabelecimentos credenciados, mediante uso de cartão magnético ou eletrônico, aqui definidos objetivamente, de acordo com padrões de desempenho e qualidade usuais de mercado, enquadram-se como serviço comum para fins do disposto no Decreto 10.024/2019.

CAPÍTULO II – JUSTIFICATIVA

1. Os serviços de administração e gerenciamento de frota veicular, com vistas ao abastecimento dos veículos do TRE/MS com combustíveis (gasolina, etanol e óleo diesel), bem como à prestação de serviços vinculados, tais como troca de óleo, lavagem de veículos, dentre outros, por demanda, realizado em rede de estabelecimentos credenciados, são necessários para garantir o adequado funcionamento dos veículos pertencentes à frota do TRE/MS, e, por consequência, viabilizar a prestação dos serviços de transporte nos quais são empregados.

2. A contratação pretendida tem consonância com o planejamento estratégico deste TRE/MS, uma vez que consta na sua programação orçamentária e financeira anual.

3. Os serviços a serem contratados se enquadram como serviços continuados, pois a sua interrupção pode comprometer a continuidade das atividades desta Administração e, sua contratação deve estender-se por mais de um exercício financeiro.

4. A Administração privilegiará na presente contratação a adoção, por parte da contratada, de boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdício e de custo.

CAPÍTULO III – OBJETO

1. O presente Termo de Referência tem por objeto determinar as condições e os procedimentos que regerão a **contratação de empresa especializada em administração e gerenciamento de frota veicular, com vistas ao abastecimento dos veículos do TRE/MS com combustíveis (gasolina, etanol e óleo diesel), bem como à execução de serviços vinculados, tais como troca de óleo, lavagem de veículos, dentre outros, por demanda, realizado em rede de estabelecimentos credenciados, mediante uso de cartão magnético ou eletrônico.**
2. A contratação será realizada mediante licitação na modalidade de PREGÃO, em sua forma eletrônica, do tipo menor preço, conforme condições do Edital do Pregão, deste Termo de Referência (Anexo I) e da minuta do Termo de Contrato (Anexo II).
3. A presente contratação visa, basicamente:
 - a) maior eficiência no processo de aquisição de materiais/serviços correlatos ao uso de veículos do TRE/MS, principalmente com a simplificação desse processo;
 - b) maior eficiência na gestão do uso dos veículos, e dos custos envolvidos, principalmente através das informações gerenciais fornecidas pela empresa contratada.

CAPÍTULO IV – DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS

1. O objeto da presente contratação consiste, basicamente, na prestação de serviços de administração e gerenciamento da frota veicular do TRE/MS, compreendendo para fins desta licitação:
 - a) disponibilização de rede de estabelecimentos credenciados para fornecimento de materiais, especialmente combustíveis, e serviços (por exemplo: troca de óleo), doravante denominados apenas de produtos, necessários ao funcionamento dos veículos pertencentes ao TRE/MS;
 - b) disponibilização de sistema de pagamento dos produtos junto à rede de estabelecimentos credenciados, mediante uso de cartão magnético ou eletrônico;
 - c) disponibilização de sistema de informações que possibilite o controle gerencial da frota veicular do TRE/MS;
 - d) outros serviços correlatos previstos neste Termo de Referência e na Minuta de Contrato (Anexo II), ou, ainda, inerentes e necessários à perfeita execução do objeto desta contratação.
2. A implantação dos serviços de administração e gerenciamento da frota veicular do TRE/MS deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias a partir da assinatura do termo contratual.
3. A vigência da presente contratação será de 12 (doze) meses, contada da data de assinatura do Termo de Contrato, podendo ser prorrogada nos termos da Lei.
4. O detalhamento dos serviços a serem contratados consta dos Capítulos seguintes.
5. A empresa interessada em contratar com o TRE/MS deverá comprovar a sua capacidade técnica, mediante apresentação de comprovante/atestado de prestação de serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta contratação.
 - 5.1. Para fins da comprovação prevista na cláusula 5, considera-se "prestação de serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta contratação" a execução de serviços de administração e gerenciamento da frota veicular, destinados ao abastecimento de veículos, mediante disponibilidade de rede credenciada, com emprego de sistema de pagamento eletrônico (cartão magnético ou eletrônico).

CAPÍTULO V – REDE DE ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS

1. Para fins de atendimento da demanda por produtos para a frota veicular do TRE/MS, a contratada deverá dispor de rede de estabelecimentos credenciados, que deverá contar com

postos de combustíveis e outros estabelecimentos, aptos para o fornecimento dos produtos previstos a serem adquiridos durante a vigência desta contratação.

2. São produtos previstos a serem adquiridos pelo TRE/MS:

a) combustíveis: etanol, gasolina e óleo diesel;

a.1) a aquisição de etanol e gasolina recairá, preferencialmente, nas versões comuns desses combustíveis, assim como em relação ao óleo diesel, excetuados os casos em que deva ser utilizada a versão aditivada (S-10);

b) os empregados em serviços de manutenção leve a ser realizada nos veículos, compreendendo, dentre outros similares, os seguintes serviços/produtos:

b.1) reposição do nível da solução para o sistema de esguicho do limpador de pára-brisa;

b.2) reposição do nível da solução para o sistema de arrefecimento;

b.3) troca de óleo e/ou reposição do nível do óleo do motor;

b.4) troca de pneus (apenas serviço), remendos, alinhamento/balanceamento;

c) os empregados em serviços de limpeza a ser realizada nos veículos, compreendendo, dentre outros similares, os seguintes serviços:

c.1) lavagem completa e simples em automóveis leves, utilitários e caminhão de pequeno porte;

c.2) serviço de aplicação (polimento) de cera em automóveis leves, utilitários e caminhão de pequeno porte;

c.3) retirada de manchas (pixe, cimento, etc.).

2.1. O TRE/MS poderá adquirir outros materiais ou serviços similares aos listados acima, disponíveis na rede credenciada da contratada, de acordo com necessidade que venha a ocorrer.

2.2. Não estão compreendidos nesta contratação o fornecimento de peças automotivas e a prestação de serviços de mecânica.

2.3. Os valores cobrados pela rede credenciada pelos produtos eventualmente adquiridos pelo TRE/MS deverão ter como limite o preço a vista ordinariamente praticado pelo estabelecimento, desconsiderados eventuais descontos promocionais de curto prazo.

3. A abrangência da rede de estabelecimentos credenciados deverá atingir pelo menos 80% (oitenta por cento) dos municípios do Estado de Mato Grosso do Sul que sediam Zonas Eleitorais, conforme relação constante do quadro abaixo, devendo constar entre os municípios inicialmente atendidos, necessariamente, os municípios de Campo Grande, Dourados, Três Lagoas, Corumbá e Ponta Porã.

Município Sede de Zona Eleitoral
Água Clara
Amambai
Anastácio
Aparecida do Taboado
Aquidauana
Bandeirantes
Bataguassu
Bela Vista
Bonito
Brasilândia
Caarapó
Camapuã
Campo Grande

Cassilândia
Chapadão do Sul
Corumbá
Costa Rica
Coxim
Deodápolis
Dourados
Eldorado
Fátima do Sul
Ivinhema
Jardim
Maracaju
Miranda
Mundo Novo
Naviraí
Nioaque
Nova Andradina
Paranaíba
Ponta Porã
Porto Murtinho
Ribas do Rio Pardo
Rio Brilhante
Rio Verde de MT
São Gabriel D'oeste
Sidrolândia
Sonora
Três Lagoas

3.1. Até 30 (trinta) dias da implantação do sistema, a rede de estabelecimentos credenciados deverá atingir 100% dos Municípios do Estado de Mato Grosso do Sul que sediam Zona Eleitorais, tendo em vista que os Municípios descritos no quadro da cláusula 3 possuem veículos oficiais alocados nas suas respectivas sedes, necessitando de abastecimento para os deslocamentos das diligências e demais atividades atinentes à Justiça Eleitoral.

3.2. Para fins de apuração da abrangência serão considerados apenas os estabelecimentos que forneçam os produtos indicados na alínea “a” da cláusula 2 deste Capítulo (postos de combustíveis), de modo a garantir que haja, ao menos, um posto de combustível credenciado em cada município.

3.3. A comprovação da abrangência da rede credenciada deverá ser feita pela contratada perante a Fiscalização, mediante apresentação de relação de estabelecimentos credenciados, imediatamente após o término da implantação do sistema, respeitado o prazo indicado na cláusula 2 do Capítulo IV deste Termo de Referência, sob pena de rescisão contratual.

3.4. A relação de estabelecimentos credenciados deverá conter, pelo menos, o nome do estabelecimento, o endereço completo e o ramo de atividade (produto ofertado), devendo ser atualizada a cada 30 (trinta) dias e informada ao Contratante via e-mail ou disponibilizada no sítio da Contratada na rede mundial de computadores (internet).

4. Os estabelecimentos integrantes da rede credenciada da contratada deverão estar localizados, preferencialmente, dentro do perímetro urbano dos municípios em que estejam localizados.

5. Em Campo Grande a rede credenciada da contratada deverá contar com pelo menos um estabelecimento (posto de combustível) localizado na área delimitada pelas Avenidas Afonso Pena e Mato Grosso, a partir da intersecção destas com a Rua Ceará, inclusive, em

direção ao Parque dos Poderes ou em área adjacente à indicada, desde que no máximo a 500 (quinhentos) metros das Avenidas e da Rua que a delimitam.

6. Não será computado, para fins de apuração da abrangência da rede credenciada da contratada, o estabelecimento que esteja instalado em local que importar deslocamento superior a 20 (vinte quilômetros), considerado o trajeto de ida e volta entre o estabelecimento e a sede da unidade da Justiça Eleitoral do respectivo município.

7. Os estabelecimentos credenciados à rede da contratada deverão dispor, em sua sede e em local visível, de identificação de sua adesão ao sistema objeto da presente contratação.

8. Durante a vigência contratual, ocorrendo a criação de Zona Eleitoral em município distinto dos listados no quadro da cláusula 3, a empresa contratada deverá providenciar o cadastramento de, ao menos, 1 (um) posto de combustível nesse município, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da solicitação do contratante.

9. No caso de credenciamento de único posto de combustível credenciado em determinado município, a empresa contratada deverá providenciar o credenciamento de novo estabelecimento (posto de combustível) no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que se der o credenciamento.

9.1. O credenciamento de estabelecimento deverá ser informado pela contratada ao contratante com antecedência de, ao menos, 3 (três) dias úteis da data em que deva ocorrer.

CAPÍTULO VI – DO SISTEMA DE PAGAMENTO NA REDE CREDENCIADA

1. As despesas realizadas pelo TRE/MS junto à rede credenciada da contratada serão pagas através de sistema informatizado, disponibilizado pela contratada, com uso de cartão magnético ou eletrônico fornecido pela contratada.

2. Para cada veículo do TRE/MS a ser atendido por esta contratação, a contratada emitirá, gratuitamente e sem quaisquer ônus ao Tribunal, um cartão, de uso exclusivo, do qual constará a identificação do veículo a que se destina.

2.1. Os casos de extravio, furto, roubo de cartão serão informados à contratada, para as providências pertinentes.

2.2. Na ocorrência dos casos indicados na cláusula 2.1 ou de danos a cartão, a contratada deverá fornecer novo cartão, mediante requisição do TRE/MS.

2.3. A substituição/reposição de cartão prevista na cláusula 2.2 será feita sem ônus adicional ao contratante, estando limitada a um evento por cartão a cada 12 (doze) meses de vigência contratual.

2.4. No caso de reincidência de necessidade de substituição/reposição de cartão a contratada poderá realizar cobrança para a emissão de novo cartão eletrônico/magnético, limitada ao valor de R\$ 15,00 (quinze reais) por cartão emitido.

2.4.1. O valor efetivamente praticado pela contratada deverá ser comunicado ao contratante em até 10 (dez) dias úteis posteriores à assinatura do contrato, assim como as eventuais atualizações desse valor.

2.4.2. A cobrança prevista na cláusula 2.4 não se aplicará aos casos em que o dano ao cartão decorra de motivo atribuível à contratada.

2.5. Os cartões danificados ou cancelados serão devolvidos pelo TRE/MS à contratada, caso esta o requeira.

2.6. O novo cartão deverá ser entregue ao contratante no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da solicitação de reemissão.

3. O sistema da contratada deverá:

a) permitir a fixação pelo TRE/MS de limite de crédito para cada cartão, com possibilidade de alteração pelo próprio TRE/MS, de acordo com sua conveniência e oportunidade;

- b) permitir, também, a definição pelo TRE/MS dos produtos autorizados a serem adquiridos individualmente por veículo;
- c) disponibilizar dados relativos ao veículo contemplado, para fins de identificação e/ou controle de uso;
- d) disponibilizar autorização da despesa mediante senha exclusiva do usuário;
- e) emitir comprovante da transação realizada do qual constem, no mínimo, as seguintes informações:

- e.1) nome do estabelecimento credenciado;
- e.2) identificação do veículo;
- e.3) saldo remanescente do limite de crédito destinado ao veículo;
- e.4) hodômetro do veículo no momento do abastecimento;
- e.5) data e hora da(s) transação(ões);
- e.6) código de identificação do usuário;
- e.7) descrição do produto adquirido;
- e.8) quantidade do produto adquirido;
- e.9) valor unitário do produto adquirido;
- e.10) valor total da aquisição.

f) permitir a consolidação dos dados relativos ao uso dos cartões com vistas à emissão de relatórios de controle gerencial da frota de veículos do TRE/MS.

4. A operacionalização do uso do sistema de pagamento obedecerá, basicamente, ao que segue:

- a) o usuário deverá apresentar o cartão no estabelecimento credenciado, onde, através de equipamento disponibilizado pela contratada, será efetuada a identificação do veículo e a conferência e/ou o lançamento dos demais dados necessários à transação;
- b) após, o usuário digitará senha, pessoal e exclusiva, para autorizar a transação;
- c) concluída a transação, o sistema emitirá o respectivo comprovante, que conterá todas as informações referentes à aquisição de produtos realizada, do qual uma via será entregue ao usuário;
- d) o usuário deverá encaminhar o referido comprovante impresso à unidade responsável pela fiscalização da presente contratação, de acordo com orientação a ser oportunamente repassada.

5. Em caso de impossibilidade de uso do sistema de pagamento informatizado, a contratada deverá disponibilizar procedimento contingencial para efetivação da transação, de modo a garantir a continuidade da prestação dos serviços.

5.1. O procedimento contingencial deverá garantir a segurança da transação e o registro dos dados e das informações de forma semelhante ao procedimento padrão informatizado.

6. Caberá ao usuário do cartão zelar para que os dados digitados no momento da transação no estabelecimento credenciado sejam corretos.

6.1. Em caso de ocorrência de erros e/ou distorções no registro das transações, a contratada deverá disponibilizar relatórios de erros, que permitam a identificação das anomalias em tempo hábil de correção.

CAPÍTULO VII – DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES PARA CONTROLE GERENCIAL

1. A contratada deverá disponibilizar sistema informatizado ao TRE/MS, via internet, que consolide as informações relativas às transações efetuadas, de modo a viabilizar o controle gerencial da frota de veículos do TRE/MS.

2. O sistema deverá disponibilizar, no mínimo, as seguintes informações, acumuladas a partir da contratação dos serviços:

- a) relação dos veículos da frota do TRE/MS indicando a marca, modelo, placa, ano de fabricação e combustível;
- b) histórico das operações realizadas pela frota, contendo: data, hora, identificação do estabelecimento, identificação do usuário, produto adquirido, quantidade adquirida, valor unitário, valor total da operação e saldo;
- c) análise e histórico de consumo de combustível (km/l) dos veículos da frota;
- d) histórico das operações realizadas por usuário;
- e) histórico das operações realizadas por estabelecimento credenciado;
- f) preço pago pelos produtos adquiridos para a frota;
- g) descritivo dos limites de créditos distribuído aos veículos da frota ou grupo de veículos previamente estabelecidos na implantação;
- h) volume de gastos realizados por tipo de produto;
- i) veículos que apresentem distorções em termos de quilometragem e consumo de combustíveis;
- j) volume de gastos de determinado período, com detalhamento dos produtos adquiridos, para fins de conferência da nota fiscal.

3. O sistema deverá possibilitar a consolidação de dados, permitindo o acesso aos mesmos e a geração/emissão de relatórios.

4. O sistema deverá possuir mecanismo de controle de acesso, com possibilidade de definição de níveis de acesso aos usuários, sendo no mínimo dois: consulta e administração, de acordo com o tipo de informações e ações a serem permitidas a cada usuário.

5. O TRE/MS repassará à contratada, para fins de alimentação do sistema, os dados relativos:

- a) aos veículos que serão atendidos com a presente contratação, tais como: placa, chassi, marca, modelo, versão, motorização, tipo de combustível, local de lotação, capacidade do tanque, hodômetro; e,
- b) aos motoristas autorizados, tais como: nome, matrícula e/ou CPF e local de lotação.

6. O TRE/MS manterá atualizados, junto à contratada, os dados mencionados na cláusula 5 acima, visando a perfeita execução contratual.

CAPÍTULO VIII – DOS INSTRUMENTOS PERIFÉRICOS DESTINADOS AOS VEÍCULOS

1. Cada cartão é de uso exclusivo do veículo nele identificado, não sendo permitida a utilização deste para qualquer outro veículo, sendo de responsabilidade da unidade fiscalizadora o monitoramento dos usuários do sistema.

2. O cartão destinado ao veículo permanecerá como propriedade exclusiva da Contratada, devendo ser devolvido em caso de rescisão do presente contrato, caso aquela o requeira.

3. Na hipótese do crédito tornar-se insuficiente por motivos alheios à gestão (ocorrências operacionais não programadas, tarefas extras, entre outros), apenas o responsável pela gestão dos veículos e devidamente autorizado, poderá realizar crédito adicional.

4. É de responsabilidade do TRE-MS garantir que as informações digitadas no momento da transação na rede credenciada de estabelecimentos sejam verídicas. Caso haja equívocos ou distorções, a Contratada deverá disponibilizar relatórios que possibilitem a identificação das anomalias, em tempo real para correção.

CAPÍTULO IX – DA ESTIMATIVA DE GASTOS COM A AQUISIÇÃO DE PRODUTOS

1. O valor total estimado a ser gasto, durante a vigência da contratação, com a aquisição de produtos para a frota do TRE/MS é de R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais).

1.1. O valor indicado na cláusula acima foi estimado com base na previsão de consumo de combustíveis e demais produtos, conforme indicado no quadro abaixo.

Item	Subitem	Unidade	Consumo estimado agregado	Valor estimado a ser despendido (R\$)
Combustíveis	gasolina	litro	40.000	230.000,00
	etanol			
	diesel comum	litro	11.000	
	diesel S-10			
Serviços		R\$		30.000,00
TOTAL GERAL PREVISTO				260.000,00

2. A indicação de quantitativos e valores estimados a serem despendidos não configuram compromisso de aquisição por parte de TRE/MS, servindo tão somente para apuração da despesa total prevista.

3. A efetiva aquisição de produtos será realizada de acordo com a demanda da frota veicular do TRE/MS.

4. Durante a vigência da contratação, o TRE/MS poderá remanejar os valores e quantitativos estimados na cláusula 1.1 entre os diversos produtos que poderão vir a ser adquiridos, respeitado o montante previsto da despesa.

5. Os valores ou quantitativos de produtos que não forem adquiridos serão suprimidos ao fim da vigência da contratação.

5.1. Em vista da natureza do objeto a ser contratado, a empresa contratada declara, com sua participação no certame, concordância com a supressão indicada na cláusula 5, nos termos do inciso II do § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93

6. Os valores relativos aos produtos adquiridos pelo TRE/MS junto aos estabelecimentos credenciados à contratada serão pagos a esta, ficando a seu encargo o repasse dos valores àqueles.

6.1. Efetuado o pagamento à contratada, fica o TRE/MS isento de qualquer responsabilidade, seja solidária ou subsidiária, perante os estabelecimentos credenciados.

CAPÍTULO X – DA REMUNERAÇÃO DA CONTRATADA E DOS VALORES MÁXIMOS ADMITIDOS

1. A remuneração da empresa contratada pela prestação dos serviços objeto desta contratação consiste em taxa de administração, fixada em percentual a ser aplicado sobre o volume de despesas realizadas pelo contratante.

Exemplo: despesas realizadas no mês: R\$ 10.000,00; taxa de administração de 2%; remuneração da contratada de R\$ 200,00.

1.1. Para fins desta contratação será admitida a oferta de taxas de administração distintas para as despesas relativas ao abastecimento de veículos (combustíveis) e para as despesas relativas aos serviços vinculados (lavagem, troca de óleo, etc.).

2. As taxas de administração máximas a serem admitidas na presente contratação estão indicadas no quadro abaixo:

Item / produto - 1	Taxa de administração máxima
1.1. Abastecimento (Combustíveis)	0 % (zero por cento)
1.2. Serviços	0 % (zero por cento)

2.1. Admitir-se-á a oferta de taxa de administração negativa.

3. Tendo como referências os valores estimados a serem gastos durante a vigência da contratação informados no Capítulo IX, e as taxas de administração máximas admitidas, a presente contratação terá como valor máximo o montante de R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais).

CAPÍTULO XI – DA FROTA VEICULAR DO TRE/MS

1. Para fins desta contratação consideram-se como integrantes da frota veicular do TRE/MS os veículos próprios, assim como aqueles que estiverem a serviço da Justiça Eleitoral (locados, cedidos, etc.), que a critério do TRE/MS devam ser contemplados pelo objeto da presente contratação.

2. Os veículos integrantes da frota do TRE/MS que serão, inicialmente, abrangidos por esta contratação são os listados no quadro abaixo.

Item	Marca	Modelo	Placa	Ano fabricação/ modelo	Combustível
1	Ford	F-4000	HSH0315	2005/05	Diesel
2	Fiat	Ducato Minibus	HSH0469	2006/06	Diesel
3	Fiat	Fiorino	HSH1912	2008/09	Flex (g / e) ¹
4	Mitsubishi	Pajero Sport HPE	HSH4333	2009/10	Diesel
5	Fiat	Uno Mille Way	HSH4601	2009/10	Flex (g / e)
6	Fiat	Uno Mille Way	HSH4602	2009/10	Flex (g / e)
7	Fiat	Uno Mille Way	HSH4604	2009/10	Flex (g / e)
8	Fiat	Uno Mille Way	HSH4605	2009/10	Flex (g / e)
9	Fiat	Uno Mille Way	HSH4606	2009/10	Flex (g / e)
10	Fiat	Uno Mille Way	HSH4607	2009/10	Flex (g / e)
11	Fiat	Uno Mille Way	HSH4608	2009/10	Flex (g / e)
12	Fiat	Uno Mille Way	HSH4611	2009/10	Flex (g / e)
13	Fiat	Uno Mille Way	HSH4612	2009/10	Flex (g / e)
14	Fiat	Uno Mille Way	HSH4613	2009/10	Flex (g / e)
15	Fiat	Uno Mille Way	HSH4614	2009/10	Flex (g / e)
16	Fiat	Uno Mille Way	HSH4615	2009/10	Flex (g / e)
17	Fiat	Uno Mille Way	HSH4616	2009/10	Flex (g / e)
18	Fiat	Uno Mille Way	HSH4617	2009/10	Flex (g / e)
19	Fiat	Uno Mille Way	HSH4618	2009/10	Flex (g / e)
20	Fiat	Uno Mille Way	HSH4619	2009/10	Flex (g / e)
21	Fiat	Uno Mille Way	HSH4621	2009/10	Flex (g / e)
22	Fiat	Uno Mille Way	HSH4622	2009/10	Flex (g / e)
23	Fiat	Uno Mille Way	HSH4623	2009/10	Flex (g / e)
24	Fiat	Uno Mille Way	HSH5063	2010/10	Flex (g / e)
25	Fiat	Uno Mille Way	HSH5064	2010/10	Flex (g / e)
26	Fiat	Uno Mille Way	HSH5065	2010/10	Flex (g / e)
27	Fiat	Uno Mille Way	HSH5066	2010/10	Flex (g / e)
28	Fiat	Uno Mille Way	HSH5067	2010/10	Flex (g / e)

29	Fiat	Uno Mille Way	HSH5068	2010/10	Flex (g / e)
30	Fiat	Uno Mille Way	HSH5069	2010/10	Flex (g / e)
31	Fiat	Uno Mille Way	HSH5071	2010/10	Flex (g / e)
32	Fiat	Uno Mille Way	HSH5072	2010/10	Flex (g / e)
33	Fiat	Uno Mille Way	HSH5073	2010/10	Flex (g / e)
34	Fiat	Uno Mille Way	HSH5074	2010/10	Flex (g / e)
35	Fiat	Uno Mille Way	HSH5075	2010/10	Flex (g / e)
36	Fiat	Uno Mille Way	HSH5076	2010/10	Flex (g / e)
37	Fiat	Uno Mille Way	HSH5077	2010/10	Flex (g / e)
38	Fiat	Uno Mille Way	HSH5078	2010/10	Flex (g / e)
39	Fiat	Uno Mille Way	HSH5079	2010/10	Flex (g / e)
40	Fiat	Uno Mille Way	HSH5081	2010/10	Flex (g / e)
41	Fiat	Uno Mille Way	HSH5083	2010/10	Flex (g / e)
42	Fiat	Uno Mille Way	HSH5084	2010/10	Flex (g / e)
43	Fiat	Uno Mille Way	HSH5086	2010/10	Flex (g / e)
44	Fiat	Uno Mille Way	HSH5087	2010/10	Flex (g / e)
45	Fiat	Uno Mille Way	HSH5088	2010/10	Flex (g / e)
46	Fiat	Uno Mille Way	HSH5089	2010/10	Flex (g / e)
47	Fiat	Uno Mille Way	HSH5091	2010/10	Flex (g / e)
48	Fiat	Uno Mille Way	HSH5092	2010/10	Flex (g / e)
49	Fiat	Uno Mille Way	HSH5093	2010/10	Flex (g / e)
50	Fiat	Uno Mille Way	HSH5094	2010/10	Flex (g / e)
51	Fiat	Uno Mille Way	HSH5095	2010/10	Flex (g / e)
52	Fiat	Uno Mille Way	HSH5096	2010/10	Flex (g / e)
53	Fiat	Uno Mille Way	HSH5097	2010/10	Flex (g / e)
54	Fiat	Uno Mille Way	HSH5141	2010/10	Flex (g / e)
55	Fiat	Uno Mille Way	HSH5142	2010/10	Flex (g / e)
56	Fiat	Uno Mille Way	HSH5143	2010/10	Flex (g / e)
57	Fiat	Uno Mille Way	HSH5144	2010/10	Flex (g / e)
58	Fiat	Uno Mille Way	HSH5145	2009/10	Flex (g / e)
59	Fiat	Uno Mille Way	HSH5146	2010/10	Flex (g / e)
60	Fiat	Uno Mille Way	HSH5147	2010/10	Flex (g / e)
61	Mitsubishi	Pajero Dakar 4x4	HTO0352	2010/11	Diesel
62	Ford	Focus Sedan 2.0	HTO2529	2011/12	Flex (g / e)
63	Ford	Focus Sedan 2.0	HTO2530	2011/12	Flex (g / e)
64	Ford	Fiesta Sedan 1.6	HTO2534	2011/12	Flex (g / e)
65	Peugeot	208	NRL9605	2014/14	Flex (g / e)
66	Renault	Duster Dynamique 1.6	OOU9526	2016/16	Flex (g / e)
67	Renault	Duster Dynamique 1.6	OOU9527	2016/16	Flex (g / e)
68	Renault	Duster Dynamique 1.6	OOU9528	2016/16	Flex (g / e)
69	Renault	Master Grand Furgão	OOU9795	2016/17	Diesel
70	Mitsubishi	L200 Triton Flex	OOU9796	2016/17	Flex (g / e)
71	Mitsubishi	L200 Triton 2.4 HLS	OOU9797	2015/16	Flex (g / e)
72	Mitsubishi	L200 Triton Flex	OOU9853	2015/16	Flex (g / e)
73	Mitsubishi	Pajero 4x4 Flex	OOU9854	2015/16	Flex (g / e)
74	Mitsubishi	L200 Triton 2.4 HLS	OOU9855	2016/17	Flex (g / e)
75	Mitsubishi	Pajero Dakar Flex	OOU9856	2015/15	Flex (g / e)
76	Fiat	Ducato Maxicargo	QAB4717	2017/17	Diesel
77	Ford	F-4000	QAB5946	2018/18	Diesel

Nota:

¹ - "g" = gasolina e "e" = etanol.

3. Faculta-se ao TRE/MS, no curso da vigência da contratação, a inclusão de novos veículos que vierem a integrar sua frota, bem como a exclusão dos que não devam mais ser atendidos por esta contratação.

CAPÍTULO XII - DA FISCALIZAÇÃO

1. A fiscalização e o acompanhamento desta contratação ficarão a cargo da Seção de Transporte – SETRAN, vinculada à Coordenadoria de Serviços Gerais - CSG.

2. O contato entre o TRE/MS e a contratada será mantido, prioritariamente, por intermédio da Fiscalização.

3. A fiscalização de que trata este Capítulo não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrente de culpa ou dolo da contratada na execução do contrato.

4. Caberão à Fiscalização, dentre outras, as seguintes funções:

- a) acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do contrato pela contratada;
- b) orientar aos usuários do sistema quanto às condições de utilização dos serviços e dirimir eventuais dúvidas que surgirem no curso da contratação;
- c) manter controle dos valores despendidos com a aquisição de produtos para a frota veicular do TRE/MS, bem como dos saldos contratuais;
- d) atestar os documentos de despesas, para fins de pagamento;
- e) manter registro das ocorrências relacionadas à execução do contrato, para fins de acompanhamento do desempenho da contratada;
- f) comunicar à contratada as falhas detectadas, através de Ordem de Serviço (O.S.) numerada e, de preferência, em 2 (duas) vias, uma das quais será visada pela contratada, só assim produzindo seus efeitos;
- g) comunicar à Administração o cometimento de falhas pela contratada, que impliquem comprometimento da execução contratual e/ou aplicação de penalidades previstas;
- h) outras atribuições pertinentes à contratação ou que lhe forem conferidas pela Administração.

CAPÍTULO XIII – DO PAGAMENTO

Emissão da nota fiscal

1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, preferencialmente, em meio eletrônico e conter a discriminação dos valores referentes:

- a) aos produtos adquiridos pelo TRE/MS junto à rede credenciada, no período de referência da Nota Fiscal/Fatura; e,
- b) ao eventual desconto correspondente;

1.1. A nota fiscal será emitida mensalmente, compreendendo as transações realizadas no mês imediatamente anterior.

1.2. Para fins de atendimento a IN/RBF 1.234, de 11/01/2012 (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

1.3. Tendo por finalidade possibilitar a conferência dos dados constantes da Nota Fiscal, a contratada deverá disponibilizar ao TRE/MS, em meio impresso anexo ao documento fiscal ou via sistema, relatório(s) que contenha(m), no mínimo, as

seguintes informações:

- a) identificação dos estabelecimentos credenciados em que foram realizadas transações no período, com Razão Social e n.º do CNPJ/MF;
- b) identificação dos produtos, ou grupo de produtos, adquiridos em cada estabelecimento; e,
- c) valor das transações realizadas em cada estabelecimento.

1.4. Ocorrendo erro no documento de cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que a Contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data de reapresentação do mesmo.

1.5. Caso se constate erro ou irregularidade na nota fiscal/fatura, a Contratante, ao seu critério, poderá devolvê-la para as devidas correções.

1.6. A nota fiscal deverá ser encaminhada à Fiscalização do contrato, ou tornada disponível no sistema de gerenciamento, até o 5º dia útil do mês subsequente ao de referência, de modo a viabilizar o início do processo de pagamento.

Pagamento da nota fiscal

2. O pagamento será feito pelo Contratante em moeda corrente nacional, mediante Ordem Bancária em conta corrente indicada pela Contratada, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste Anexo, e ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis após a data de apresentação da nota fiscal/fatura à fiscalização.

3. O procedimento de pagamento observará as seguintes etapas:

- a) o fiscal fará a análise da Nota Fiscal/Fatura e das informações nela constantes, inclusive quanto aos valores, no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela empresa contratada, e, após, fará o atesto da Nota Fiscal/Fatura e o seu encaminhamento à Seção de Finanças;
- b) a Seção de Finanças efetuará o pagamento dos valores devidos à contratada, no prazo de até 7 (sete) dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal/fatura e documentação anexa proveniente da fiscalização.

4. O prazo de pagamento será suspenso nos casos de ausência de informação e/ou documento complementar, ou em que haja necessidade de correção e/ou complemento de informação constante da nota fiscal/fatura, bem como qualquer outro motivo cuja responsabilidade seja atribuível à contratada, passando a ser contado novamente somente após a efetiva regularização.

5. Serão retidas na fonte, caso a empresa não seja OPTANTE PELO SIMPLES, sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, as alíquotas dos seguintes impostos:

- a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido - CSLL, Cofins e Pis/Pasep, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor devesse comprovar a Opção;
- b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.

6. Quando ocorrerem eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX \times 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.

7. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e devem ser submetidos à apreciação da autoridade competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

CAPÍTULO XIV – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

1. Executar os serviços decorrentes desta contratação na forma e condições determinadas neste Termo de Referência, na Minuta do Contrato (Anexo II), no Edital do Pregão e demais anexos.

2. Realizar treinamento, tanto na fase de implantação quanto na fase de operação, sobre o funcionamento e operacionalização dos serviços aos usuários do sistema lotados nesta Capital, visando à correta utilização.

3. Disponibilizar ao TRE/MS sua rede de estabelecimentos credenciados, de acordo com as condições fixadas para esta contratação, adequando-a e mantendo-a em operação durante a vigência da contratação, zelando por sua ampliação, desde que haja condições para tal, visando a melhoria da prestação de serviços ao TRE/MS.

4. Atender às solicitações, esclarecimentos e determinações da Fiscalização, feitas por Ordens de Serviços, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, afim de evitar problemas no abastecimento dos veículos oficiais que comprometam a execução dos serviços atinentes a competência da justiça eleitoral.

5. Fornecer todas as informações e elementos necessários à consecução das atividades da fiscalização, bem como à percepção pelo TRE/MS dos resultados esperados com a execução dos serviços.

6. Reembolsar pontualmente a rede de estabelecimentos credenciados.

7. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada à execução do contrato, sendo de inteira responsabilidade da contratada a estrutura (pessoal, equipamentos, etc.) necessária à perfeita execução dos serviços.

8. Providenciar a correção das deficiências apontadas por este TRE/MS quanto à execução contratual, especificamente quanto aos serviços sobre a responsabilidade da contratada, no prazo de 1 (um) dia útil.

9. Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.

10. A contratada fica, nos termos do § 1º do artigo 65 da Lei 8.666/93, obrigada a aceitar os acréscimos de até 25 % (vinte e cinco por cento) que se fizerem necessários.

11. A empresa deverá indicar supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para atendimento ao TRE/MS.

12. Receber os valores que lhe forem devidos pela execução contratual, na forma disposta neste Termo de Referência e na Minuta do Contrato (Anexo II).

13. Garantir que os preços cobrados na rede credenciada terão como limite o preço à vista ordinariamente praticado.

14. Manter listagem de postos credenciados ou excluídos, devidamente atualizada para consulta dos gestores de frota.

15. Dispor de Central de Atendimento, disponível 24 (vinte e quatro) horas, para

atendimento dos usuários.

16. Disponibilizar, preferencialmente via sistema de gerenciamento, o manual de utilização dos cartões a ser distribuídos para os usuários, bem como a relação de postos credenciados e atualizações.

17. Responder civil e penalmente por qualquer descumprimento das disposições legais.

18. A Contratada ficará impedida de usar os dados em seu poder para uso diverso do estabelecido neste Termo de Referência, no edital do certame e no contrato, bem como repassá-los a terceiros, por qualquer meio, devendo mantê-los arquivados, após a extinção do contrato, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos.

CAPÍTULO XV – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

1. Além das obrigações resultantes da observância da legislação pertinente, são obrigações do contratante:

- a) Manter atualizado junto à Contratada, o cadastro completo dos veículos e motoristas ou condutores autorizados;
- b) Informar imediatamente à Contratada o furto, roubo ou extravio do cartão destinado ao veículo;
- c) Exigir da contratada o fiel cumprimento dos deveres e obrigações decorrentes desta contratação;
- d) Instruir aos usuários do sistema destinados aos veículos sobre as condições desta contratação, bem como orientá-los quanto a correta utilização, a fim de que sua finalidade não seja desvirtuada;
- e) Estabelecer, para cada veículo a ser atendido pela contratação, um limite de valor para realização de despesas, bem como alterar o limite fixado de acordo com sua conveniência/oportunidade;
- f) Fornecer à contratada os dados e/ou as informações necessárias à implantação e manutenção do sistema;
- g) Promover o cadastramento dos servidores que terão acesso ao sistema, e fixar os respectivos perfis de acesso, bem como se responsabilizar pela troca da senha dos mesmos em caso de desligamento, férias ou troca do local de trabalho;
- h) Solicitar emissão, reemissão ou cancelamento de cartão;
- i) Receber, conferir e atestar as faturas/notas fiscais relativas ao objeto da contratação;
- j) Remanejar e/ou incrementar créditos em cada cartão do Sistema destinado ao veículo;
- k) Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços em desacordo com o contrato;
- l) Efetuar o pagamento à contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência e na Minuta de Contrato (Anexo II);
- m) Verificar a manutenção pela contratada das condições de habilitação estabelecidas na licitação;
- n) Aplicar penalidades à contratada por descumprimento contratual.

CAPÍTULO XVI – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. As sanções administrativas a que fica sujeita a empresa contratada em decorrência de falhas na execução da contratação estão disciplinadas no Termo de Contrato (Anexo II).

